

ÁREAS VERDES URBANAS COMO ESPAÇOS PROMOTORES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A QUALIDADE DE VIDA

Urban green areas as spaces that promote health and environmental
education for quality of life

AUTORES

Tiago Ferraz Costa¹
Mauricio de Oliveira Silva²
Vivianni Marques Leite dos Santos³
José Hermógenes Moura da Costa⁴
Adelson Dias de Oliveira⁵
Xirley Pereira Nunes⁶

1 Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial/UNIVASF, Mestre em Ciências Ambientais/UESB, Especialista em Georreferenciamento e Geoprocessamento de Imóveis Rurais/UCAM e Graduado em Geografia/UESB

2 Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial/UNIVASF, Mestre em Ciências Ambientais/UESB e Graduado em Ciências Biológicas/UESB

3 Doutora em Química/UFPE, Mestre em Engenharia Química/UFPE e Graduada em Engenharia Química/UFPE

4 Doutor em Sociologia/UFPE, Mestre em Ciências Sociais/UFBA, Especialista em Metodologia do Ensino e Pesquisa no nível Superior/ASCEBA e Graduado em Ciências Sociais/UFBA

5 Doutor em Educação e Contemporaneidade/UNEB, Mestre em Educação e Contemporaneidade/UNEB, Especialista em Educação, cultura e contextualidade/UNEB, Graduação em Pedagogia/UVA

6 Doutora em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos/UFPB, Mestre em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos/UFPB e Graduada em Farmácia/UFPB

RESUMO

A relação entre o homem e a natureza é evidenciada pelas modificações no meio ambiente, com o ser humano frequentemente utilizando os recursos naturais de maneira predatória para satisfazer seu conforto e desejos. Esse comportamento leva à transformação de paisagens e é visível também em áreas urbanas, onde o crescimento desordenado das cidades resulta na redução de áreas verdes. Pesquisas acadêmicas de diversas áreas têm destacado a necessidade urgente de manter e expandir polígonos verdes em áreas urbanas para promover a saúde física e mental, bem como a educação ambiental. Este artigo revisa a literatura sobre a importância das áreas verdes urbanas para a promoção da saúde, com foco em estudos realizados entre 2000 e 2021. O levantamento bibliográfico baseou-se em artigos científicos encontrados no Google Acadêmico, utilizando palavras-chave como "saúde e áreas verdes", "áreas verdes urbanas e bem-estar", e "saúde mental e parques urbanos". Dos 44 artigos encontrados, 20 foram selecionados para discussão, abordando os benefícios das áreas verdes na saúde física e mental, na educação ambiental, e na qualidade de vida dos moradores urbanos. A pesquisa conclui que as áreas verdes em espaços urbanos oferecem múltiplos benefícios, que vão além do lazer e da função estética. Elas promovem bem-estar, socialização, diminuição do estresse, e cultura, contribuindo diretamente para a saúde da população. Além disso, a manutenção e o cultivo de espécies vegetais em parques, praças, e outras áreas verdes urbanas não só melhoram a qualidade de vida, mas também promovem a biodiversidade.

Palavras-chave: Espaços públicos. Áreas urbanas. Qualidade de vida.

CONTATO

Tiago Ferraz Costa

1 tiagocosta_vca@hotmail.com

ABSTRACT

The relationship between humans and nature is evidenced by environmental modifications, with humans frequently exploiting natural resources in a predatory manner to satisfy their comfort and desires. This behavior leads to the transformation of landscapes and is also visible in urban areas, where uncontrolled city growth results in the reduction of green spaces. Academic research across various fields has highlighted the urgent need to maintain and expand green spaces in urban areas to promote physical and mental health, as well as environmental education. This article reviews the literature on the importance of urban green spaces for health promotion, focusing on studies conducted between 2000 and 2021. The bibliographic survey was based on scientific articles found in Google Scholar, using keywords such as "health and green spaces," "urban green spaces and well-being," and "mental health and urban parks." Of the 44 articles identified, 20 were selected for discussion, addressing the benefits of green spaces for physical and mental health, environmental education, and the quality of life of urban residents. The research concludes that green spaces in urban areas offer multiple benefits beyond leisure and aesthetic functions. They promote well-being, socialization, stress reduction, and cultural engagement, directly contributing to population health. Additionally, the maintenance and cultivation of plant species in parks, squares, and other urban green spaces not only enhance quality of life but also promote biodiversity. **Keywords:** Public spaces. Urban areas. Quality of life.

INTRODUÇÃO

A relação ser humano e natureza é marcada por modificações e conflitos. A espécie humana, ao contrário da maioria dos outros animais, maneja recursos ambientais para satisfazer seu conforto. Nesta relação com a natureza, os humanos foram transformando os recursos naturais, por vezes, de forma harmônica, mas em sua maioria a utilização aconteceu de forma desastrosa (CIDREIRA-NETO; RODRIGUES, 2017).

Somados a interferência nos processos naturais, a população humana tem cada vez mais abandonado a zona rural para viver na cidade (RODRIGUES et al., 2020; SALLES, FERREIRA; 2020). Essa mudança causa concentração e adensamento demográfico em espaços urbanos despreparados, com isso, a urbanização acelerada e a verticalização dos espaços geram aumento na demanda de serviços de infraestrutura urbanas (TOMAZINI, 2020).

Nesse contexto, além de serviços de moradia, transporte, emprego, alimentação, cultura e educação estão a necessidade de lazer e saúde. Sobre essas duas últimas, a presença de áreas verdes em localidades urbanas tem potencial de melhorar a qualidade ambiental, colaborando para a amenizar as consequências negativas de um processo de urbanização acelerado (BARGOS; MATIAS, 2012).

Dentro de um planejamento urbano, a implantação de áreas verdes a fim de proporcionar um clima ameno nessas regiões, contribui para o bem-estar e conforto térmico da população (MARTELLI; SANTOS JR, 2015). A vegetação distribuída ao

longo de uma cidade se apresenta como reservas naturais, parques, praças e jardins, além da arborização de vias públicas e elas ocasionam num maior nível de conforto térmico à população (YU; HIEN, 2006). Tisi-Franckwiak (1991), já apontava que a redução das áreas verdes urbanas pode gerar uma carência psicológica em seus habitantes, a cor verde é considerada tranquilizadora e a sua deficiência pode provocar distúrbios psicológicos.

As áreas verdes conseguem englobar benefícios sanitários e ecológicos incalculáveis quando se cria locais com potencial para atividades físicas rotineiras, lazer, contemplação da natureza, dentre outras atividades que promovem a integração social (OLIVEIRA; MOTA, 2019). As atividades físicas promovem regeneração física e mental e nas áreas verdes é possível a prática de diversos esportes (NASCIMENTO, 2015).

A “proximidade de áreas verdes associa-se a menor obesidade, menor risco de desenvolver doença cardiovascular, menos doenças mentais e melhores desfechos de nascimento” (AMATO-LOURENÇO et al., 2016, p.125). Esses espaços ainda promovem uma diminuição de problemas respiratórios, Lima e Amorim (2006) apontaram que a vegetação da arborização de vias públicas serve como um filtro para atenuar ruídos, retenção de pó, reoxigenação do ar, além de oferecer sombra e a sensação de frescor.

As áreas verdes em ambientes urbanos são necessárias no bem-estar da população, com a finalidade de garantir locais de lazer, esporte, beleza natural, contato com a natureza e auxiliar na saúde dos moradores.

O objetivo deste trabalho foi fazer uma revisão bibliográfica sobre estudos relacionados com as relações entre as áreas verdes e a saúde, entre os anos 2000 e 2021, buscando identificar os benefícios ofertados por estes espaços na saúde humana, dentro do âmbito urbano.

METODOLOGIA

Este trabalho apresenta o levantamento de informações bibliográficas de publicações relativas as relações entre áreas verdes urbanas, saúde de seus habitantes e a necessidade da educação ambiental para a promoção da saúde. As obras pesquisadas foram publicadas no período de 2000 a 2021. O levantamento bibliográfico caracteriza-se como um mapeamento que tem como propósito reunir todas as referências sobre um tema em específico, tendo como base de dados jornais, sites, vídeos, revistas e livros (UNESP, 2015).

Para Martins e Theóphilo (2016, p. 52),

“a pesquisa bibliográfica: Trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo.”

A pesquisa foi realizada no google acadêmico a fim de encontrar estudos referentes ao tema no Brasil. Todos os registros de artigos publicados que continham qualquer uma dessas palavras-chave a seguir em qualquer um dos campos da base de dados (Ex.: título, resumo ou palavras-chave), foram identificados, armazenados e tratados. Utilizou-se as palavras-chave:

1. "saúde" AND "áreas verdes";
2. "áreas verdes urbanas" AND "bem-estar";
3. "saúde mental" AND "parques urbanos".

Com os artigos selecionados, os resultados foram separados em categorias, a saber: a) Áreas verdes urbanas e saúde física, b) Áreas verdes urbanas e saúde mental e c) Educação Ambiental para a promoção de saúde.

Ao total, foram encontrados um total de 44 artigos que possuíam as palavras-chave anteriormente citadas. Após a coleta dos textos selecionados, foi necessário o levantamento do teor de cada manuscrito, haja vista, que o intuito era de coletar os textos que possuíam, além das palavras-chave. Além das palavras-chave, o artigo deveria ter conexão com relação às áreas verdes urbanas e a sua contribuição para promoção da saúde da população, tendo como pilar a educação, sendo ela ativa nas ações de promoção da saúde coletiva e boa gestão da saúde suplementar.

Com a seleção, os autores identificaram que 20 artigos discutiam sobre os principais pontos destacados, abrangendo diálogos sobre as áreas verdes e suas influências na saúde física e mental e na educação ambiental, além da percepção dos polígonos verdes para o incentivo na promoção da qualidade de vida aos moradores das cidades.

O presente artigo foi desenvolvido com orientação da Prof^ª. Dr^ª. Xirley Pereira Nunes e foi desenvolvido em consonância com a disciplina Políticas Públicas e Práticas

de Saúde, ofertada no ano de 2021 de forma remota em respeito ao parecer 09/2020, que dispõe sobre a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19 (BRASIL, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram coletados o total de 44 artigos que englobavam assuntos referentes aos tópicos sobre áreas verdes e saúde mental; áreas verdes e saúde física; importância da educação ambiental e a educação para a saúde na manutenção de áreas verdes. Após leitura e análise, foram selecionados 20 artigos, cujo critério estabelecido para a seleção foi em relação à discussão de áreas verdes urbanas e a sua contribuição para a saúde da população e a educação como força motriz transformadora de ações que promovam a discussão, a reflexão e promoção de atividades ao ar livre que promovam a saúde dos habitantes das cidades.

Para tal, foi organizado no Quadro 1, os artigos classificados por autor(es), título, editora ou periódico, município e estado do estudo, região e ano de publicação.

A partir desta tabulação e a organização dos dados, foram discutidos os principais pontos que as pesquisas nortearam sobre as áreas verdes e suas influências na saúde e na educação ambiental, e de como estes espaços promovem qualidade de vida aos moradores de centros urbanos. Um dado relevante é que os estudos realizados estão concentrados na região Sudeste (45%), seguido de Sul (30%), Nordeste (20%) e Centro-Oeste (5%), a região Norte não aparece dentre os artigos selecionados.

Quadro 1 – Textos relacionados a promoção de saúde e educação encontrados durante a pesquisa.

Nº	Autores	Título	Editora/Periódico	Município/Estado*	Região	Ano
1.	HILDEBRAND; GRAÇA; HOEFLICH.	“Valoração Contingente” Na Avaliação Econômica de Áreas Verdes Urbanas	Revista Floresta	Curitiba/ PR	Sul	2002
2.	JACOBI.	Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade	Cadernos De Pesquisa	São Paulo/SP	Sudeste	2003
3.	LOBODA, DE ANGELIS.	Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções	Ambiência	Maringá/PR	Sul	2005

4.	COSTA; COLESANTI.	A Contribuição da Percepção Ambiental nos Estudos das Áreas Verdes	Raega - O Espaço Geográfico Em Análise	Uberlândia/MG	Sudeste	2011
5.	PEREHOUSKEI; DE ANGELIS; BRAVO.	A Importância das Áreas Verdes nos Serviços Públicos de Saúde na Cidade de Mandaguari-PR	Geoiingá: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Geografia	Mandaguari/PR	Sul	2011
6.	MEDEIROS <i>et al.</i>	A Importância da Educação Ambiental na Escola nas Séries Iniciais	Revista Faculdade Montes Belos	Firminópolis/G O	Centro-Oeste	2011
7.	BARGOS; MATIAS.	Áreas Verdes Urbanas: Um Estudo de Revisão e Proposta Conceitual	Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana	Campinas/SP	Sudeste	2011
8.	PEREIRA; MELO; FERNANDES.	A Educação Ambiental Como Estratégia da Atenção Primária à Saúde	Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade.	Uberaba/MG	Sudeste	2012
9.	PEREHOUSKEI; DE ANGELIS.	Áreas Verdes e Saúde: Paradigmas e Experiências	Diálogos & Saberes	Maringá/PR	Sul	2012
10.	LONDE; MENDES.	A Influência das Áreas Verdes na Qualidade de Vida Urbana	Revista Brasileira De Geografia Médica E Da Saúde	Uberlândia/MG	Sudeste	2014
11.	GRZEBIELUKA; KUBIAK; SCHILLER.	Educação Ambiental: A Importância Deste Debate na Educação Infantil	Revista Monografias Ambientais	Ponta Grossa/PR	Sul	2014
12.	MORAIS <i>et al.</i>	Educação Ambiental Como Estratégia na Atenção Primária em Saúde	Polém!Ca	Campina Grande/PB	Nordeste	2014
13.	LIMA; COSTA.	A Importância da Educação Ambiental Para o Sistema de Coleta Seletiva: Um Estudo de Caso em Curitiba	Rev. Geogr. Acadêmica	Curitiba/PR	Sul	2016
14.	AMATO-LOURENÇO <i>et al.</i>	Metrópoles, Cobertura Vegetal, Áreas Verdes e Saúde	Estudos Avançados	São Paulo/SP	Sudeste	2016
15.	LIMA; GARCEZ.	Áreas Verdes Públicas Urbanas e Sua Relação Com e Melhoria da Qualidade de Vida: Um Estudo de Caso Em Um Parque Ecológico Urbano na Cidade de Fortaleza (CEARÁ, Brasil)	Revista Brasileira De Ciências Ambientais.	Fortaleza/CE	Nordeste	2017
16.	SILVA.	Lourinha e sua Turma: Os Quadrinhos Como Metodologia de Ensino em Temáticas Socioambientais	Educação Ambiental Em Ação	Itapebi/BA	Nordeste	2019
17.	ARANA <i>et al.</i>	Meio Ambiente e Saúde Mental: Os Benefícios das Áreas Verdes Urbanas	Ribeirão Gráfica Editora	Presidente Prudente/SP	Sudeste	2020

18.	SILVA.	Palestras para a Educação Ambiental Com Proposta de Tipo Ideal na Serra Do Periperi em Vitória da Conquista, Bahia, Nordeste do Brasil	Educação Ambiental Em Ação	Vitória da Conquista/BA	Nordeste	2020
19.	RAGGI <i>et al.</i>	Educação Ambiental e Educação Física no Contexto da Educação Infantil	Educação Ambiental Em Ação	Serra/ES	Sudeste	2021
20.	SILVA.	A Geografia, O Meio Ambiente e a Importância da Educação Ambiental	Revista Mais Educação	São Paulo/SP	Sudeste	2021

*O município foi considerado seguindo a ordem de local onde o estudo foi realizado, quando pesquisa teórica foi considerado a localização do campus do curso do primeiro autor ou de seu endereço de trabalho. Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

a) **Áreas verdes urbanas e saúde física**

A ausência de áreas verdes causa danos à população, pois a falta dos polígonos verdes contribui para o agravamento de diversos percalços presentes nas cidades que prejudica a saúde dos seres vivos. Problemas urbanos enfrentados na atualidade como: poluição do ar e da água, enchentes, ruídos em excesso, dentre outros, causam sérios prejuízos à higidez, tanto física como mental da população (LONDE; MENDES, 2014). A preservação de áreas verdes é crucial para o bem-estar dos habitantes de áreas urbanas, proporcionando locais de lazer e contato com a natureza.

É importante salientar que a condição psicológica da população obtida pelo acesso aos parques urbanos traz benefícios à saúde pública, pois atua como um atributo antiestresse para as pessoas (LIMA; GARCEZ, 2017). O contato com locais arborizados resulta na melhoria da saúde coletiva e na boa gestão da saúde suplementar, devido aos diversos benefícios que estas áreas verdes possibilitam para realização de atividades físicas que melhoram a saúde física dos usuários.

Além da saúde, a função estética com a diversidade da fauna e flora contribuem para o embelezamento das cidades. Auxilia também, com a melhoria no microclima urbano e na qualidade do ar, do solo e da água nas cidades, elementos estes, que proporciona mais saúde para os habitantes (PEREHOUSKEI; DE ANGELIS; BRAVO, 2011). Empiricamente, observa-se nas últimas duas décadas o avolumamento populacional em áreas urbanas, e este volume gera uma série de problemas devido à falta de planejamento das cidades brasileiras.

A relação do ser humano com o meio ambiente desencadeia em aspectos ligados à saúde. Em áreas que possuem áreas verdes o bem-estar se projeta para uma melhor

qualidade de vida, porém as dificuldades urbanas enfrentadas atualmente causam sérios prejuízos físicos e mentais para a população. Estes dispêndios causados pelo aumento e expansão das cidades estão aliados à falta de políticas públicas capazes de ordenar este crescimento, pois a lógica do “desenvolvimento” urbano brasileiro não contempla a manutenção das áreas verdes (ARANA, et al., 2014).

Com a intensificação do crescimento das cidades, sem um planejamento que leve em conta a preservação de áreas verdes, prejudica diretamente a saúde pública e o sistema de saúde suplementar, pois a eclosão desordenada das cidades atinge diretamente as áreas de vegetação natural. Esta ação provoca, naturalmente, a redução da vegetação nativa do local, tornando áreas urbanas desmatadas cada vez menos acolhedoras ambientalmente para a ocupação humana.

No intuito de minimizar problemas na urbe, as áreas verdes, em especial as públicas, vêm sendo destaque pelos benefícios que podem trazer para a saúde e bem-estar por meio da melhoria da qualidade ambiental e de vida da população, desenvolvendo funções ecológicas, sociais e de lazer (CAMPOS; CASTRO, 2017). Preservar a vegetação se mostra como uma estratégia para prevenção de problemas relacionados à saúde dos munícipes, o que contribui para uma melhor qualidade de vida para as pessoas que vivem próximos aos entornos naturais.

O acelerado crescimento urbano e a conseqüente alteração da paisagem e das características ambientais, sobretudo nas grandes cidades, têm gerado diversos problemas para a administração pública. Eles estão diretamente ligados com a qualidade ambiental e a forma como ela afeta a população, sendo possível conceber a ideia de que as árvores em cidades, isoladas ou em conjunto, produzem benefícios ambientais não somente estéticos, mas também funcionais (HILDEBRAND; GRAÇA; HOEFLICH, 2002).

Em um trabalho realizado por Raggi et al. (2021) foi percebido que ao estudar crianças no parquinho com vegetação, pode haver a aprendizagem sensorial de equilíbrio, não somente no aspecto físico-motor da educação física, mas também no contexto do ambiente natural e social. O ambiente arborizado pode ser significativo para dar sombra, dar condições de sobrevivência a diversas espécies de animais, na harmonização e estética do ambiente. É necessário entender que “devemos educar uma criança com o propósito de permitir que ela prospere em um mundo com mudanças sem precedentes no meio ambiente, na sociedade e na tecnologia” (SILVA, 2021, p.207).

As áreas verdes urbanas podem ser espaços de socialização, de realização de palestras e de trilhas interpretativas que unem a atividade física ao aprendizado

conservacionista (SILVA, 2020). Nesse sentido, espaços ligados ao verde da vegetação podem estimular a saúde física por meio de caminhadas, ciclismo, jogos ao ar livre, natação em áreas com corpos d'água, dentre outros. Com isso, a atividade física em áreas verdes causa efeitos benéficos ao corpo dos que as praticam.

Portanto, as árvores dentro do sítio urbano conseguem desempenhar papel fundamental para a preservação da saúde coletiva, pois a qualidade do ar, as opções de lazer, o convívio social e as práticas esportivas, melhoram, inclusive a expectativa de vida das pessoas.

b) Áreas verdes urbanas e saúde mental

A visualização dos benefícios das áreas verdes para a saúde física é, por vezes, mais facilmente identificada do que quando falamos em saúde mental. Quando se fala em diversão em parques, praças, unidades de conservação e outros espaços verdes é fácil lembrar da caminhada, da corrida, natação, dentre outros esportes, mas, as melhorias à saúde não param por aí.

Para se ter um conceito, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1960) descreve saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Nesse sentido, a saúde não se limita a ausência de infecções e doenças, ela permite que indivíduo tenha uma mente sadia, relações interpessoais e intrapessoais equilibradas, além de permitir uma inclusão social harmônica na comunidade onde vive. Estes benefícios são incalculáveis e atinge ao lazer, a cultura, ao esporte, nas relações sociais com sua família, amigos e outros componentes de seu círculo social.

Como já bem citado, Tisi-Franckwiak (1991), atribuía a cor verde como tranquilizante para a mente humana. Em pesquisa realizada, Hildebrand, Graça e Hoeflich (2002), identificaram que 100% dos entrevistados reconheciam a importância de áreas verdes para o bem-estar da população, com a principal justificativa sendo que estes espaços melhoram a qualidade de vida das pessoas pelo contato com a natureza.

Para Loboda e De-Angelis (2005, p.136) a “falta de espaços de lazer na periferia, a rua passa a exercer a função de tal: na rua, as pessoas param, conversam, brincam e, no meio dela, tecem a trama da convivência, criam um outro espaço”. A privatização e a gentrificação podem cada vez mais remover direitos das pessoas na ocupação dos espaços verdes que contribuem com a promoção de saúde mental (BOGADO, 2023). Como Cortella (2015, p.34) explica

“para não poucos, o sonho de paz e vida feliz é poder retirar-se para uma ilha paradisíaca, distante de tudo e afastada do maior número possível de humanos e humanas, isto é, isolar-se: ilha, condomínio fechado, alto da montanha, praia privativa, local inacessível; no máximo, horrorizar-se ou alegrar-se virtualmente com o que acontece com a humanidade, mas, sem chegar muito perto (CORTELLA, 2015, p.34).”

E com essa construção do egocentrismo exacerbado, os espaços públicos são abandonados. No jogo capitalista, os espaços de promoção de saúde, lazer, cultura e convivência como praças e parques públicos, cedem lugar a estacionamentos, ou então passam a ser território de desocupados, prostitutas e toda sorte de miséria humana (LOBODA; DE-ANGELIS, 2005). Com isso, por meio da espoliação aos cidadãos, principalmente os mais pobres, que se veem acucados entre o local de trabalho e sua moradia e não podem usufruir de muitos espaços (LOBODA; DE-ANGELIS, 2005).

Com o avanço da urbanização, sobram minoritários espaços verdes degradados. Isso contribui para o aumento de doenças por falta de saneamento, da poluição, além de facilitar a proliferação de vetores, através de animais como ratos, baratas e mosquitos. Costa e Colesanti (2011), trouxeram a ideia que o ambiente interfere na interpretação dos indícios visuais, até a estruturação de mundo pela atividade mental do indivíduo, tendo como base as características do seu habitat. As pessoas que habitam ambientes degradados e poluídos podem ter maior chance de apresentar transtornos ou doenças mentais, que estão dentro dos determinantes sociais da saúde (CARVALHO, 2013).

Os autores Pehouskei; De-Angelis e Bravo (2011), confirmaram a percepção de benefícios para a saúde mental por meio de opiniões de usuários de um parque urbano, que listaram como benefícios,

“[...]deixar as pessoas com alto astral; as pessoas se sentem melhor em contato com as áreas verdes; a harmonia das cores da natureza faz muito bem à saúde; faz se sentir livre; é uma terapia para a cabeça; ajuda a melhorar a depressão; contemplar a paisagem, a beleza do verde faz muito bem; o contato com o verde é muito saudável; é muito bom aproveitar a sombra das árvores para descansar; espaços para conversar, brincar e relaxar” (PEREHOUSKEI; DE-ANGELIS; BRAVO, p.103-104, 2011).

É necessário que a visão das praças e os parques públicos não seja como elementos decorativos, mas como um componente físico da paisagem urbana; quando bem projetados e mantidos, são espaços que humanizam o bairro e melhoram a qualidade de vida dos moradores (LIMA; GARCEZ, 2017).

Morais et al. (2014, p.5), consideram que

“a crise ambiental e os problemas oriundos das atividades antrópicas são responsáveis pela busca de estratégias para mitigar os impactos gerados. É possível constatar que não só o ambiente vem sendo vítima desse processo. A saúde pública também é afetada, principalmente porque a população ainda tem pouco conhecimento acerca da percepção ambiental.”

Por meio de uma revisão bibliográfica, Amato-Lourenço et al. (2016), registraram que os benefícios ocasionados pela presença de áreas verdes em espaços públicos diminuem a ocorrência de transtornos mentais comuns. Quanto maior o tempo gasto visitando áreas verdes, maiores foram os escores de avaliação para saúde mental, independentemente dos contextos culturais e climáticos. Por tanto, o aumento de espaços verdes próximos ao local de residência foi associado a menores riscos de morbidades psiquiátricas entre homens maiores de 35 anos e mulheres maiores de 41 anos.

Por meio destes dados, é possível afirmar que as cidades que possuem áreas verdes promovem muito mais qualidade de vida aos seus munícipes do que as cidades que as não possuem. Para isso é necessário investimento em políticas públicas voltadas para a manutenção e criação de polígonos verdes em áreas urbanas.

c) Educação ambiental e áreas verdes

O termo Environmental Education (Educação Ambiental) surge em março de 1965, durante a Conferência em Educação na Universidade Keele, Grã-Bretanha. Neste momento, foi aceito que a educação ambiental deveria se tornar parte essencial da educação de todos com aplicabilidade na conservação ou ecologia. Mas as preocupações sobre a educação ambiental iniciaram-se em 1970, pois surgiram vários eventos voltados para as questões ambientais como a Conferência de Estocolmo, na Suécia, realizada em 1972 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Este foi considerado o primeiro grande evento sobre o meio ambiente humano (MEDEIROS et al., 2011; GRZEBIELUKA; KUBIAK; SCHILLER, 2014).

A partir deste momento, começou a ser possível conceber a educação ambiental como instrumento de reflexão para atingir pessoas, repensar certas atitudes que podem poluir o planeta. É necessário que o homem tome consciência de suas atitudes, portanto, espera-se que através da educação ambiental, possa existir consciência sobre os recursos naturais e sobre o meio ambiente.

Dessa forma, entende-se que a educação ambiental é um processo em que o educando começa a obter conhecimentos acerca das questões ambientais, ampliando sua visão sobre meio ambiente. Por tanto, ele se torna como um agente transformador em

relação à conservação ambiental (VIANA et al., 2019). Este campo educativo tem sido fertilizado transversalmente, e isso tem possibilitado a realização de experiências concretas em educação ambiental, de forma criativa e inovadora em diversos segmentos da população e em diversos níveis de formação (JACOBI, 2003).

Construída com esses predicados, a Educação Ambiental se torna ferramenta estratégica para a discussão socioambiental, na busca de alternativas para a resolução dos problemas vivenciados pela população causando mudança no ser, sensibilizando-o para os problemas ambientais, como o alto padrão de consumo e o descarte de lixo (PEREIRA; MELO; FERNANDES, 2012; LIMA; COSTA, 2016).

As ações de Educação Ambiental devem estar presentes desde a mais tenra idade dos cidadãos, por exemplo, a manutenção e exploração de áreas verdes em creches e escolas podem ser espaços voltados nessa perspectiva educadora, a fim de sensibilizar e informar as crianças sobre a responsabilidade cidadã e social, à produção, ao descarte, à reciclagem do lixo e também na relação de convívio no e para o ambiente (RAGGI et al., 2021).

Atividades lúdicas e participativas em áreas de preservação transpassa a ideia de que pode facilitar e conduzir os educandos a uma visão mais holística do meio ambiente, como atividades de palestras e trilhas interpretativas. A produção de contos, narrativas ou histórias em quadrinhos, que permanecem na memória das crianças e adolescentes, pode interferir positivamente na construção da sua relação socioambiental (SILVA, 2019; SILVA, 2020).

Em outra leitura, é possível gerar renda com a manutenção de áreas verdes. Espaços promotores de ecoturismo, gera movimentação de capital para a população local, realizando atividades de lazer e venda de produtos aos visitantes, além da formação de condutores da natureza ou por formação em Educação Ambiental, para atuarem na reserva promovendo minicursos, palestras, observação e fotografia de aves, dentre outros (SILVA, 2020).

A Educação Ambiental, na medida em que mobilizam os usuários para o exercício do controle social de áreas de preservação, constituem instrumentos contribuintes para a qualificação do dinheiro público em saneamento e destinação eficiente dos recursos, assegurando sua aplicação com eficiência, revertendo em benefícios diretos à população (MORAIS et al., 2014).

A manutenção das áreas verdes, podem contribuir positivamente, também na redução dos gastos públicos e menor acúmulo de pedidos e solicitações para a saúde

suplementar, pois com menos pessoas acometidas por doenças como obesidade, transtornos mentais, hipertensão e estresse haveria uma grande diminuição de procedimentos de saúde e internações. Então, a manutenção destes espaços verdes, além de ser um investimento em meio ambiente ele também traz retorno à qualidade de vida e para a saúde coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manutenção de áreas verdes em espaços urbanos promove muito mais do que lazer e função estética. Já é notável a função de bem-estar, cultura, socialização e diminuição do estresse das pessoas que visitam esses lugares.

A revisão indica a necessidade de mais estudos sobre a contribuição das áreas verdes para a saúde e educação ambiental nos centros urbanos, destacando a importância de políticas públicas que incentivem a criação e manutenção desses espaços. A concentração de estudos na região Sudeste do Brasil, com 45% das pesquisas, demonstra uma fragilidade na concentração de pesquisas científicas. O território brasileiro apresenta características distintas, ecossistemas complexos, organizações socioambientais diversificadas e um grande multiculturalismo, as regiões Centro-Oeste e Norte demandam de estudos mais aprofundados sobre o tema, bem como, pela baixa quantidade de artigos encontrados, as regiões citadas apresentam grandes possibilidades de pesquisas, inovação e experimentos científicos ambientais.

No setor da economia, o investimento em áreas verdes é como uma medida de prevenção às doenças. Ao utilizar e ocupar os espaços contendo vegetação abundante, a população adquire benefícios, além de realizarem a contemplação do local, práticas esportivas, socialização, lazer, ecoturismo, dentre outras práticas sustentáveis. Com a utilização dos espaços dotados de verde, há uma diminuição de enfermidades como hipertensão, ansiedade e obesidade, que ocasionaria uma redução de internações, tanto no Sistema Único de Saúde, quanto nos hospitais pertencentes ao Sistema de Saúde Suplementar.

Ademais, a presente pesquisa demonstra a urgente necessidade de investimentos nestes espaços, para a promoção de saúde física e mental, além da aplicação da Educação Ambiental, pois o contato com o verde permite diversos benefícios para a população. A manutenção de parques, bosques, unidades de conservação, fragmentos florestais, praças, jardins, dentre outras áreas, permitem compreender que a arborização, o crescimento de

plantas, e a manutenção dos animais endêmicos promovem a biodiversidade e o estado de hígido para as pessoas que acessam estes lugares.

Referências

- AMATO-LOURENÇO, L. F.; MOREIRA, T. C. L.; ARANTES, B. L.; SILVA-FILHO, D. F.; MAUAD, T. Metrôpoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. *Estudos Avançados*, v.30, n.86, 2016.
- ARANA, A. R. A. et al. Meio ambiente e saúde mental: os benefícios das áreas verdes urbanas. In: BRUNHEROTTI, M. A. A.; BORGES, M. C.; OLIVEIRA, C. F. (Org.). *Promoção Da Saúde Em Resposta À Sociedade Contemporâneas* – Franca, SP: Ribeirão Gráfica Editora, 2020.
- BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. Mapeamento e análise de áreas verdes urbanas em Paulínia (SP): estudo com aplicação de geotecnologias. *Sociedade & Natureza, Uberlândia*, v.24, n.1, p. 143-156, 2012.
- BOGADO, D. et al. Direito à moradia: as ações do Museu das Remoções durante a pandemia. *Revista Katálysis*, 26(1), 100–109. 2023
- BRASIL. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, BRASÍLIA – DF, 2020.
- CARVALHO, A. I. Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. In: Fundação Oswaldo Cruz. *A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário* [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, v.2, p. 19-38, 2013.
- CIDREIRA-NETO, I. R. G.; RODRIGUES, G. G. RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA E OS LIMITES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife*, v.6, n.2, p. 142-156, 2017.
- CORTELLA, M. S. Não nascemos prontos! *Provocações filosóficas*. 19.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- COSTA, R. G. S.; COLESANTI, M; M. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. *Raega - O Espaço Geográfico Em Análise*, n.22, p.238-251, 2011.
- GRZEBIELUKA, D.; KUBIAK, I.; SCHILLER, A. M. Educação Ambiental: a importância deste debate na Educação Infantil. *Revista Monografias Ambientais - REMOA*, v.13, n.5, 2014.
- GUTTERRES, A. S. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. *Mana*, v. 22, n. 1, p. 179-209, abr.2 016.
- HILDEBRAND, E.; GRAÇA, L.; HOEFLICH, V. “Valoração Contingente” na avaliação econômica de áreas verdes urbanas. *Revista Floresta*, n.32, v.1, p. 121-132, 2002.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n.118, p. 189-205, 2003.
- LIMA, C. S.; COSTA, A. J. S. T. A importância da educação ambiental para o sistema de coleta seletiva: Um estudo de caso em Curitiba. *Rev. Geogr. Acadêmica*, n.10, p.129-137, 2016.

- LIMA, S. M.; GARCEZ, D. S. Áreas verdes públicas urbanas e sua relação com a melhoria da qualidade de vida: um estudo de caso em um parque ecológico urbano na cidade de Fortaleza (CEARÁ, Brasil). *Revista Brasileira de Ciências Ambientais - RBCIAMB*, n.43, 2017.
- LIMA, V.; AMORIM, M. C. C. T. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades*. *Revista formação*, São Paulo, n.13, p. 139 – 165, 2006.
- LOBODA, C. R.; DE-ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. *Ambiência*, v.1, n.1, p.125-139, 2005.
- LONDE, P. R.; MENDES, P. C. A Influência das Áreas Verdes na Qualidade de Vida Urbana. *Hygeia*, n.10, v.18, p.264 - 272, 2014.
- MARTELLI, A.; SANTOS JR, A. R. Arborização Urbana do município de Itapira – SP: perspectivas para educação ambiental e sua influência no conforto térmico. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, v. 19, n. 2, p. 1018-1031, 2015.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- MEDEIROS, A. B. et al. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. *Rev. Faculdade Montes Belos*, v.4, n.1, 2011.
- MORAIS, P. S. et al. Educação ambiental como estratégia na atenção primária em saúde. *Polêmica*, v.13, n. 3, 2014.
- NASCIMENTO, M. M. Ilha do Fogo: a percepção da comunidade dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. *Educação Ambiental em Ação*, v. 14, n.54, 2015.
- OLIVEIRA, L. M. C.; MOTA, A. A. Considerações sobre as áreas verdes na promoção da saúde mental nos espaços urbanos. In: RIBEIRO, E. A. W.; MOTA, A. A.; GIRALDEZ, C. G. (Org.). *Conexões da Saúde Mental e Território*. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, 2019.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Documentos básicos. 10.ed. Genebra: OMS, 1960.
- PEREHOUSKEI, N. A.; DE ANGELIS, B. L. D.; BRAVO, J. V. M. A Importância das Áreas Verdes nos Serviços Públicos de Saúde na Cidade de Mandaguari-PR. *Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá*, v. 3, n. 1, p. 83-107, 2011.
- PEREIRA, C. A. R.; MELO, J. V.; FERNANDES, A. L. T. A educação ambiental como estratégia da Atenção Primária à Saúde. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, v. 7, n. 23, p. 108-116, 2012.
- RAGGI, D. G.; SANT'ANA, R. C.; DIAS, R. F. R.; BRAZ, G. C. Educação ambiental e educação física no contexto da educação infantil. *Educação Ambiental em Ação*, v.19, n.73, 2021.
- RODRIGUES, M. T. A.; ARAÚJO, C. A.; LIMA, D. O.; LIMA, C. M. D. Êxodo Rural: perspectivas dos jovens sobre a vivência em meio rural. *Diversitas Journal*, v.5, n.2, p.729-738, 2020.
- SALLES, V.; FERREIRA, J. W. O êxodo rural de jovens de assentamentos. *Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, v.11, n.2, 2020.

- SILVA, D. P. A Geografia, o meio ambiente e a importância da Educação Ambiental. *Revista Mais Educação*, v.4, n.1, 2021.
- SILVA, M. O. Lourinha e sua turma: os quadrinhos como metodologia de ensino em temáticas socioambientais. *Educação Ambiental em Ação*, v.17, n.67, 2019.
- SILVA, M. O. Palestras Para a Educação Ambiental Com Proposta de Tipo Ideal na Serra do Periperi em Vitória Da Conquista, Bahia, Nordeste do Brasil. *Educação Ambiental em Ação*, v. 19, n.71, 2020.
- SILVA, M. O.; CAMPOS, M. V.; SANTOS, E. L. Considerações socioambientais sobre a Ilha do Fogo (Juazeiro-BA, Petrolina-PE) como espaço de lazer. *Educação Ambiental em Ação*, n.69, a.18, 2019.
- TISI-FRANCKWIAK, I. Homem, comunicação e cor, São Paulo, Ícone, 1991.
- TOMAZINI, A. S. A função do telhado verde no meio urbano. *Educação Ambiental em Ação*, v.19, n.74, p. 1-7, 2020.
- UNESP. Tipos de Revisão de Literatura. Biblioteca Professor Paulo de Carvalho Mattos. Botucatu. 2015. Disponível em: <http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf> Acesso em: 03 jul. 2018.
- VIANA, E. C. S. et al. A Educação Ambiental nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. *Id on Line Rev. Mult. Psic.*, v.13, n. 44, p. 620-634, 2019.
- VIANA, L. H. V. A ideologia na produção do espaço: os megaeventos como agentes difusores da ideologia (neo)liberal. *Cadernos Metrópole*, v. 21, n. 44, p. 79-97, 2019.
- YU, C.; HIEN, W. N. Thermal benefits of city parks. *Energy and Buildings*, Lausanne, v.38, p.105-120. 2006.